

Motta criará grupo para discutir adultização

Presidente da Câmara agendou uma comissão geral no plenário

Por Karoline Cavalcante

A forte repercussão de um vídeo publicado pelo influenciador digital Felipe Bressanim Pereira, conhecido como Felca — que expôs casos de sexualização e exposição indevida de crianças e adolescentes em plataformas digitais — levou o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto a intensificar o debate sobre a proteção da infância no ambiente online.

Ao abrir a Ordem do Dia nesta terça-feira (12), o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou a criação, ainda nesta semana, de um grupo de trabalho com prazo de até 30 dias, reunindo parlamentares e especialistas. O objetivo, segundo ele, é apresentar “o mais avançado e efetivo projeto de lei para proteger as nossas crianças”.

Além disso, está prevista para a próxima quarta-feira (20) uma comissão geral no plenário da Casa Baixa, com o objetivo de ampliar o debate sobre a adultização infantil nas redes sociais. “Que possamos, sem ideologias e sem politizações, fazer o debate da maneira que ele tem que ser feito: com foco na proteção às nossas crianças e adolescentes. Há pautas importantes que exigem debate, negociação e tempo, mas esta pauta não espera. Não pode esperar”, declarou Motta.

“Ao ver aquelas imagens, a minha primeira reação não foi política; foi humana. Foi a de um pai que se pergunta: que mundo estamos entregando para os nossos filhos?”

Existem matérias que são urgentes. E existem matérias que são mais do que urgentes



Lula Marques/Agência Brasil

Eliziane quer que plataformas expliquem publicação de conteúdos impróprios

— elas são inadiáveis. Elas não são incontornáveis; elas são obrigações morais de qualquer civilização que se pretenda digna desse nome”, completou o deputado.

O vídeo de Felca, que ultrapassou 25 milhões de visualizações em menos de uma semana, trouxe à tona casos graves de exposição de crianças a conteúdos impróprios. O conteúdo resultou — também nesta terça-feira — na determinação de bloqueio, por parte da Justiça da Paraíba, do acesso do influenciador Hytalo Santos — investigado por exposições de menores — às redes sociais, além da proibição de manter contato com os jovens citados no processo. O caso já estava sendo investigado pelo Ministério Público desde 2024.

Projetos

Entre os projetos que ganharam destaque está o PL 2628/2022, de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB-

SE), já aprovado no Senado. A proposta estabelece diretrizes para o “dever de cuidado” das plataformas digitais, obrigando as empresas a adotar medidas proativas contra conteúdos prejudiciais a menores. O texto também prevê relatórios semestrais de transparência, restrições à publicidade voltada ao público infantil e a possibilidade de remoção de conteúdos sensíveis sem necessidade de decisão judicial.

Outro projeto, apresentado recentemente pelo deputado Duarte Jr. (PSB-MA), propõe a criação de uma Política Nacional de Conscientização e Combate à Adultização Infantil, abordando aspectos como pressão estética, comportamental e midiática sofrida por crianças nas redes.

Senado e Planalto

No Senado, a senadora Eliziane Gama (PSD-MA) protocolou um requerimento para a realização de uma audiência

pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O objetivo é ouvir representantes de plataformas sobre a responsabilidade das empresas diante da circulação de conteúdos que expõem crianças a riscos.

Paralelamente, os senadores Damares Alves (Republicanos-DF) e Jaime Bagatolli (PL-RO) formalizaram pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar casos de exploração e abuso de menores por influenciadores digitais.

O governo federal também se mobilizou. Em entrevista à rádio Alvorada FM, da Bahia, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, anunciou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende enviar, nos próximos dias ao Congresso, um PL específico para proteger crianças e adolescentes no ambiente digital. Ele ressaltou a importância da regulamentação e da fiscalização das plataformas.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Reprodução/Instagram/Felca

Felca: youtuber denunciou exploração de crianças

Governo aproveita denúncia; oposição fala em censura

A repercussão do vídeo em que o youtuber Felca — Felipe Bressanim Pereira — denuncia a sexualização de crianças e adolescentes na internet deu oportunidade para o governo discutir a regulamentação de redes sociais e deixou a oposição numa sinuca: não pode negar apoio a propostas que punam o abuso e, ao mesmo tempo, teme o que classifica de censura.

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) chegou a classificar a posição do Planalto de “oportunista”, já que teria o objetivo não de proteger crianças, mas de prejudicar opositores.

À rádio baiana Alvorada FM, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, citou, além da pedofilia, outros crimes cometidos nas redes para justificar proposta de regulamentar o setor.

Mecanismos

Costa falou em fraudes bancárias e tráfico de drogas — o suficiente para que a oposição, que não admite a regulamentação das redes, passasse a falar em censura. A União Europeia criou mecanismos para cobrar transparência das big techs e responsabilizá-las por crimes.

Tragédia

Em abril, o governo tentou levantar o tema da regulamentação a partir da morte, em Brasília, de uma menina de oito anos que, estimulada pelo que viu em redes sociais, inalou desodorante. A tragédia gerou muita indignação, mas não avançou no Congresso.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Alessandro Vieira é autor de projeto que pune abusos

Exploração de crianças esvazia pautas bolsonaristas

A acusação de exploração e de adultização de crianças também favoreceu o governo por outro viés: tirou o foco de propostas abraçadas pela oposição, como o fim da prerrogativa de foro para políticos e a anistia a golpistas.

Os temas foram atropelados pela decisão do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e de líderes partidários de priorizarem a sexualização de menores de idade na internet.

Eles decidiram criar uma comissão para discutir o tema e os projetos que já tramitam na Casa sobre o tema. Um deles, do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), foi aprovado pelo Senado e está na Câmara desde o fim de 2024.

Para o senador, a ampliação do projeto para abarcar outros crimes na internet geraria uma reação das big techs, que conseguiriam barrá-lo. Entre os pontos da proposta, ele destaca a responsabilização dessas plataformas por conteúdos que expõem crianças.

Foco

Vieira disse ontem à coluna ver com otimismo a aprovação do projeto e que, nos últimos dias, tem conversado com o relator da proposta na Câmara, Jadyel Alencar (Republicanos-PI). Frisa a necessidade de se manter o foco na proteção a crianças e adolescentes.

Risco

Também de autoria de Vieira, o projeto, que instituiu normas de transparência e de responsabilização das plataformas, foi alvo da direita; o próprio Silva pediu sua retirada de pauta. Em 2024, foi criada uma comissão para discutir o tema, mas não andou.

Perspectiva

Relator do chamado PL das Fake News na Câmara, Orlando Silva (PCdoB-SP) também avalia que a proposta tem como ser aprovada se tiver como objetivo a proteção de menores de idade. “Não sou otimista em relação a construções mais robustas”, afirmou ao Correio.

Parado

Também de autoria de Vieira, o projeto, que instituiu normas de transparência e de responsabilização das plataformas, foi alvo da direita; o próprio Silva pediu sua retirada de pauta. Em 2024, foi criada uma comissão para discutir o tema, mas não andou.

Lula deve divulgar plano de contingência nesta quarta

Por Karoline Cavalcante

O plano de contingenciamento preparado pelo governo federal para mitigar os efeitos da sanção tarifária — imposta pelos Estados Unidos aos produtos brasileiros — sobre os setores mais impactados, deve ser divulgado nesta quarta-feira (13). A informação foi confirmada à imprensa pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, que anunciou novas reuniões ao longo do dia para embasar a decisão que será tomada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A expectativa é que a resposta do Palácio do Planalto inclua medidas emergenciais com foco em crédito e estímulo ao consumo via compras públicas.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, antecipou que o planejamento deverá ter impacto mínimo nas contas públicas e “vai ser única e exclusivamente no limite do necessário para não deixar nenhuma empresa para trás”.

“O Ministério da Indústria e Comércio está separando empresa por empresa dentro de cada setor. Por exemplo, setor de pescado é um dos mais atingidos. Mas nem todas as empresas serão beneficiadas. Tem empresa que não exporta, tem empresa que exporta, mas não pros Estados Unidos. E tem empresa que exporta pros Estados Unidos, mas já está redirecionando a sua produção. En-



Joédson Alves/Agência Brasil

Lula ligou para Xi Jinping para discutir efeitos do tarifaço

tão, estamos sendo criteriosos, até porque, é dinheiro público”, explicou em evento promovido pelo Senado Federal.

China

Diante do aumento das tensões comerciais lideradas pela Casa Branca contra o Brasil e outras nações, Lula telefonou para o presidente da China, Xi Jinping (PCCh), a fim de discutir o cenário internacional. Durante a conversa, que durou cerca de uma hora, os líderes reafirmaram a parceria estratégica entre os dois países e destacaram a importância da cooperação no atual

contexto geopolítico.

A China reiterou seu apoio à soberania brasileira e aos interesses nacionais, posicionando-se como aliada num momento em que o Brasil sofre crescente pressão externa. Xi avaliou que os dois países vivem atualmente o “melhor momento histórico” de sua relação bilateral.

Além da conjuntura geopolítica, Lula e Xi também discutiram a importância de fóruns multilaterais como o G20 — grupo que reúne as maiores economias do mundo — e os Brics — bloco que reúne as principais economias emergentes — na promoção do diálogo

internacional e na construção de consensos entre os membros. O presidente brasileiro ressaltou ainda a relevância da participação chinesa na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que será realizada em novembro, em Belém (PA). Xi confirmou o envio de uma delegação de alto nível e reiterou o compromisso da China com o sucesso do evento.

Outro ponto abordado na conversa foi a ampliação da cooperação bilateral em áreas estratégicas. Os chefes de Estado celebraram avanços recentes na integração de seus planos nacionais de desenvolvimento e se comprometeram a expandir a parceria para setores como saúde, petróleo e gás, economia digital e satélites.

Estratégia

Ao Correio da Manhã, a advogada especialista em direito internacional Hanna Gomes, explicou que as ligações demonstram uma estratégia clara de diversificação e fortalecimento de alianças comerciais, que sinalizam que o Brasil está se movimentando para construir uma frente de resposta econômica e coletiva.

“Esses movimentos podem ser interpretados como uma forma de o Brasil se reposicionar no cenário geopolítico, buscando solidificar sua posição como um novo líder no comércio global”.